

A – REUNIÕES PREPARATÓRIAS

A.1 – PRIMEIRA REUNIÃO PREPARATÓRIA

A primeira reunião preparatória, destinada à eleição e posse do Presidente do Senado Federal para o biênio 2005/2006, realizou-se no dia 14 de fevereiro de 2005, às dezesseis horas, tendo sido eleito o Senador Renan Calheiros, da representação do Estado de Alagoas, integrante da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB.

A eleição do Senador Renan Calheiros deu-se em escrutínio secreto, realizada pelo painel eletrônico de votações, e por maioria de votos, de acordo com o disposto no art. 60 do Regimento Interno; apresentou o seguinte resultado:

Votaram "sim" 72 Senadores;

Votaram "não" 4 Senadores;

Abstenções: 0;

Total de votos: 76.

A reunião foi presidida pelo Senador José Sarney que, logo após a proclamação do resultado, proferiu o seguinte discurso:

"Minhas Colegas Senadoras e meus Colegas Senadores, tive a felicidade de presidir o Senado durante estes dois anos da 52ª Legislatura. Devo às Senadoras e aos Senadores a oportunidade de, mais uma vez, servir à nossa Instituição. A gratidão é a memória do coração. Agradeço o apoio e a ajuda, o respeito e a deferência com que me trataram, não só como Presidente como também pessoalmente. Esse relacionamento generoso facilitou a minha missão.

Procurei cumprir a minha tarefa com a visão necessária ao prestígio do Senado, sua importância política no cenário nacional, sua imagem e com a consciência moral dos meus deveres. Não quero fazer balanços. Melhor o julgamento e o testemunho dos meus ilustres Colegas. Eles dirão dos meus acertos, erros e omissões. Todo o trabalho desta Casa é obra coletiva que se constrói pela mão de todos. Todos sabem como é difícil presidir uma Casa de tão antigas e grandes tradições, composta de tão qualificados membros, todos portadores de ricas biografias.

Participo há décadas do trabalho legislativo. Posso assegurar que poucas vezes presenciei debates de tanta qualidade, envolvendo temas e problemas da agenda nacional. Foram momentos que enriqueceram nossa história parlamentar, quer pela qualidade, quer pelo exercício das virtudes políticas, que conduziram obstinadamente ao diálogo, à harmonia das lideranças e partidos, o que permitiu a votação de matérias controversas, difíceis, complexas. Nenhuma proposição legislativa aqui chegou e não foi melhorada.

Faço um parêntese para cumprimentar o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e os dois Líderes da Oposição, Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, que deram grande brilho aos debates que aqui ocorreram. Tudo foi feito com equilíbrio e com grande espírito público.

A Mesa, presidida por mim avançou, mais uma vez, na tarefa de modernização da Casa, com novos instrumentos de interação com a sociedade civil. Com os meios de que já dispúnhamos e outros implantados, ingressamos numa etapa de melhoria de qualidade de nossas tarefas e produtos de comunicação. O resultado é a liderança da nossa TV Senado, no sistema a cabo e na transparência de nossa atividade, chegando a um milhão os acessos à nossa agência de notícias e ao centro de informação e atendimento à população.

Novas etapas estão chegando: a abertura do canal de nossa Televisão, começando por cinco primeiras capitais até chegar ao Brasil todo. Na semana passada, assinamos com a TV Justiça, a TV Câmara e a Radiobrás a Televisão Brasil, o nosso canal internacional.

A Universidade do Legislativo, órgão do Senado, formou suas primeiras turmas de doutorado. O Interlegis alcançou mais de três mil Municípios, e concluímos a informatização de toda a área administrativa, legislativa e de apoio.

Temos, hoje, no Senado, o quadro dos melhores recursos humanos da administração brasileira. O funcionalismo do Senado, desde o mais humilde contínuo aos chefes mais graduados, é um ponto de referência. Nossa tarefa legislativa é de tão bom nível que só é possível graças a ele.

Quero aqui também abrir um parêntese para agradecer a colaboração e a ajuda do Diretor-Geral do Senado, Dr. Agaciel Maia, do Secretário-Geral da Mesa do Senado, Dr. Raimundo Carreiro, e da Dr^a Cláudia Lyra, Secretária-Geral Adjunta da Mesa e, pessoalmente, àqueles que trabalharam mais perto de mim, na área de apoio: a Dr^a Martha Lyra e o Dr. Armando Rollemberg.

Aproveito o momento para fazer reflexões sobre alguns problemas e idéias com que há muito me preocupo e analiso.

Ao longo dos últimos anos e desde 1988, tenho assinalado os conflitos estruturais da forma de governo, o desequilíbrio de poderes, as dificuldades do Poder Judiciário, o papel do Ministério Público e os problemas de funcionamento do Poder Legislativo, a crise dos partidos e do sistema eleitoral. Não temos agilidade para acompanhar a demanda normativa da sociedade, perdidos num processo legiferante de abundâncias de leis redundantes, elaboradas num pequeno tempo, em que a vontade do legislador se descaminha. Praticamos um casuísmo talvez mais grave que o que promove vantagens pessoais, praticamos um casuísmo de Estado.

As Medidas Provisórias são sua consagração: pode-se dizer que não há uma Medida Provisória que não tenha como geratriz um caso a dirimir; isto não significa que não seja uma necessidade imediata, mas distante do que devem ser as leis, obrigadas a uma visão de permanência, que envolva a natureza doutrinatória do sistema democrático.

A meu ver, o País caiu numa cilada de difícil solução: com as Medidas Provisórias é impossível aprofundar a democracia e dar regularidade ao processo legislativo; sem elas, para atender os problemas urgentes e relevantes no dia-a-dia da administração financeira, com uma economia globalizada, é impossível governar.

A solução me parece clara: restringi-las a essas matérias e a calamidade pública. Damos ao Poder Executivo a atribuição de exercer em plenitude o cotidiano da administração pública.

Urge, também, o Congresso votar uma reforma administrativa que estruture o serviço público como um todo, obrigando ao cumprimento de etapas de aprendizado e acabando com a superposição de atribuições que o tornam anárquico.

A reforma política é necessária e moralizadora. Basta o exemplo destes dias, com a dança dos congressistas de um lado para o outro, levantando na imprensa e na consciência do País a suspeita de motivos menos nobres para essas atitudes, algumas delas já submetidas às Corregedorias das respectivas Casas.

Cabe aos partidos políticos transformar o Estado em instrumento a serviço do bem coletivo, em alavanca para as mudanças e reformas e em moderador dos conflitos da sociedade democrática. Nenhuma dessas finalidades será efetivamente cumprida enquanto os partidos políticos não forem capazes de sintonizar o discurso com a ação. Para construir partidos fortes e uma democracia de bem-estar social, urge termos coragem de acabar com o voto uninominal, assegurar estabilidade aos órgãos partidários, livrando-os de intervenções discricionárias motivadas por aliciamento partidário, transformando as agremiações partidárias em facções. Implantar o voto distrital misto, com listas partidárias, exigindo tradição e militância para ser indicado, conjuntamente com a votação proporcional.

Precisamos fazer um esforço de reforma constitucional que tenha o objetivo de simplificar e tornar coerente o Estado, retirando o enorme volume de matérias que poderiam e deveriam ser reguladas fora da Constituição. Precisamos também encarar com vontade a consolidação das leis, velho sonho que vem desde o Império e que, hoje, é um mandato que nós mesmos estabelecemos com a Lei Complementar nº 95, de 1998. Este é um desafio que precisará, ainda uma vez, de um esforço de colaboração entre os três Poderes.

O Estado de Direito é o governo das leis e não dos homens. Que o Estado de Direito pode funcionar com a gigantesca quantidade de leis que significa, como dizia Montesquieu, beaucoup de loi, pas de loi: não ter lei nenhuma? Precisamos de uma lei acabando com a inflação de leis. Precisamos de dois movimentos aparentemente opostos, mas que, na realidade, se complementam: consolidar e estabilizar nosso sistema de leis, de maneira que a lei seja conhecida, primeiro passo para ser respeitada; e agilizar o nosso processo legislativo, distinguindo matérias conhecidas, em que se tenham que fazer as modificações que as adaptem a novas circunstâncias, das matérias realmente inovadoras, que devemos examinar com mais vagar.

Outro problema a merecer solução e desafio de todo o Congresso Nacional é o Orçamento, que deve passar de mera peça de ficção a instrumento de melhoria administrativa e dos princípios políticos, Orçamento que seja executado sem nenhuma desobediência ao seu texto. É uma tarefa que deve ser construída a partir da elaboração dentro do Congresso Nacional, que precisa ser modificada e analisada.

Particularmente, volto a repetir meus agradecimentos à Senadora e aos Senadores que me ajudaram como componentes da Mesa: Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Siqueira Campos, Senador Romeu Tuma, Senador Alberto Silva, Senador Heráclito Fortes, Senador Sérgio Zambiasi, Senador João Alberto Souza, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Geraldo Mesquita Júnior e Senador Marcelo Crivella.

A nova Mesa do Senado Federal representa um sinal de maturidade e do alto espírito público desta Casa. Encontramos os pontos de convergência que unem as tradições de nosso Parlamento com as circunstâncias partidárias. Sob o comando do Senador Renan Calheiros, ela conduzirá nossos trabalhos, com certeza, nesse mesmo caminho de equilíbrio e dever.

O Senador Renan Calheiros é um político que está na plenitude de uma carreira que concilia a habilidade de negociador com a compreensão dos problemas do Estado, o talento de atuar com êxito tanto no Executivo como no Parlamento. O Senador Renan tem sido um personagem decisivo da governabilidade e enriquecedor, com suas virtudes, dos quadros de nossa política nacional. Na Presidência, será uma garantia de que o Senado Federal continuará a desempenhar com relevância a sua grande missão.

O Senado, representação dos Estados, é uma instituição que assegura a sobrevivência da Federação, na igualdade entre pequenos e grandes. A soma de todos nós, Senadores, expressão de lideranças pessoais e biografias ricas de trabalho pelo País, é menor que a Instituição.

Quero também transmitir, ao encerrar este período, a minha profissão de fé sobre o Poder Legislativo. A minha formação política construiu-se dentro do Parlamento nacional. Há 50 anos aqui estou, desde a longínqua Legislatura de 1955.

O Parlamento é a maior de todas as instituições políticas descobertas pelo governo democrático, porque, na sua essência, realmente exerce a soberania popular. Este País só tem que se orgulhar do Congresso brasileiro, porque aqui nasceu a Nação, aqui se fez o Brasil, aqui se construíram as instituições.

Foi no Parlamento que enfrentamos a crise primeira da Constituinte. Foi no Parlamento que enfrentamos a crise do Fico. Foi no Parlamento que enfrentamos a crise da Abdicação do primeiro Imperador. Foi no Parlamento que enfrentamos a crise da Maioridade do segundo Imperador. Foi no Parlamento que enfrentamos a crise da Guerra do Paraguai e a consolidação das nossas fronteiras. Foi no Parlamento que se definiu a nacionalidade. Foi no Parlamento que se definiu a formação do Brasil.

Chegamos à República e passamos por todas as vicissitudes que ela trouxe sem perder o caminho de plenas liberdades, de instituições funcionando, com uma forte sociedade democrática. Isso, sem dúvida, devemos em grande parte ao Parlamento brasileiro, este Parlamento muitas vezes injustiçado, mas que, no seu âmago, em todas as suas atitudes ao longo da História, afirmou-se como uma peça fundamental do Brasil.

Este País não foi feito no campo das batalhas nem teve suas fronteiras definidas em lutas sangrentas. Foi feito pelo diálogo, pela compreensão dos homens, pelo gênio dos seus homens públicos. Esses homens, em grande parte, estavam dentro do Parlamento. Também os grandes homens dos outros Poderes da República saíram, em grande parte, do Parlamento.

Quando aqui cheguei, julgava que a tarefa principal do Parlamentar era falar. Hoje, compreendo o quanto é importante ouvir.

Somos a segunda democracia do ocidente, consolidado numa sociedade democrática, livre, sem medo nem discriminação, com os ventos da liberdade soprando sem reservas, desde a imprensa falada e escrita, de grande qualidade, como a todo o exercício da cidadania. Ninguém desconhece, contudo, os trágicos desníveis social e espacial da distribuição de renda cruel entre regiões ricas e regiões paupérrimas; a dramática situação da segurança pública; o desordenado crescimento das cidades, prisioneiras do inchaço e da miséria.

O caminho do desenvolvimento é a democracia. Hoje, nenhum governo pode ser de hegemonia partidária. A sociedade tem tendências e comportamentos de todos os matizes. Ninguém pode governar senão com coalizões, equilíbrio entre segmentos da sociedade e decisões harmônicas que importam em considerar as minorias e a diversidade que forma o mapa da sociedade plural. Podemos apresentar ao mundo o governo de um operário, mostrando que o processo republicano foi concluído, dando oportunidade para todos.

Poucas vezes em nossa História tivemos tão perfeito e respeitoso relacionamento entre os três Poderes. Seria injusto se omitisse o quanto foi importante, nestes dois anos, o Deputado João Paulo Cunha, das melhores revelações dos novos quadros políticos do País. Seu espírito público, sua capacidade de conciliar e negociar foram exemplares. Câmara e Senado nunca estiveram tão juntos; em nenhum momento houve divergência. Ao Judiciário agradeço, na pessoa do Presidente Nelson Jobim, Presidente da Corte Suprema, magistrado com a experiência do poder político — a síntese de todos os poderes — capaz, culto, íntegro e respeitado pelo País como um dos seus grandes nomes.

Ao Presidente Lula, meu agradecimento pelo clima de harmonia e colaboração vividos entre o Poder Executivo e o Senado. O Presidente tem, hoje, a gratidão do País e o respeito internacional, pela sua biografia e pelo seu Governo de paz social, respeito a todas as opiniões e grande espírito público.

Senador Renan Calheiros, felicidades e minha colaboração permanente para seu êxito.

Obrigado, meus Colegas Senadoras e Senadores. Minha gratidão."

Em seguida, o ex-Presidente da Casa, Senador José Sarney, transmitiu o cargo ao Presidente **Renan Calheiros** que, após assumir a Presidência do Senado, proferiu o seguinte discurso:

"Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores; Sr. Governador do Estado de Alagoas, Ronaldo Lessa; Sr. Governador do Acre, Jorge Viana; Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; Ministro Guilherme Palmeira, do Tribunal de Contas da União; Ministro Amir Lando, da Previdência Social; autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, o consenso, em lugar do confronto. A concórdia em vez do dissenso. A compreensão e o entendimento substituindo a discórdia. Estas têm sido as práticas desta Casa e a lição de sabedoria que venho, todos os dias, me esforçando por aprender. A elas, recorrerei no exercício da Presidência em que acabo de ser investido e que tanto me honra.

De todos os encargos que assumi, este é o maior desafio de minha vida pública. Tenho consciência da enorme responsabilidade sobre os meus ombros, entre elas a de continuar pautando minha atuação pela tolerância, pela paciência, pela temperança, pela moderação.

O diálogo, a busca do entendimento, a convergência de idéias não substituem o debate nem significam a renúncia aos princípios em que acreditamos, aos valores que defendemos e às convicções a que nos arraigamos. Significa, sim, a submissão àquele que é o compromisso primeiro do Senado: o compromisso com a Nação. Este – tenham certeza – é também o meu compromisso.

Começo por agradecer a uma das maiores expressões de nossa vida pública que, com honradez, equilíbrio e bom senso, conduziu os destinos do Brasil em momento crucial de nossa vida republicana. Alguém que, com a experiência de uma longa e proveitosa carreira parlamentar, por duas vezes, emprestou o brilho de suas qualidades de homem público e de intelectual à Presidência desta Casa.

Aplaudo e agradeço a meu amigo, meu companheiro de Partido, meu Líder e exemplo de estadista, a quem tenho a honra e responsabilidade de suceder, nosso sempre Presidente José Sarney. (Palmas.)

A seu lado, manifesto também meu reconhecimento a nossos eminentes colegas que aqui permanecem, depois de terem, com igual dedicação e competência que todos lhes reconhecemos, dirigido também o Senado, os Senadores Antonio Carlos Magalhães, Edison Lobão e Ramez Tebet. (Palmas.)

Durante os últimos quatro anos, experimentei uma das mais fascinantes e difíceis tarefas da vida parlamentar: exercer a Liderança da Bancada do PMDB, cuja experiência, brilho e dedicação estão incorporados aos fochos da história política brasileira. Pelo muito que me ensinaram e por quanto me apoiaram, a cada um desses queridos amigos, desses caros colegas, desses caríssimos companheiros de uma longa e proveitosa jornada, o meu mais efusivo e mais reconhecido agradecimento.

Não posso, por outro lado, deixar de consignar minha admiração e apreço pela correção de duas grandes expressões da vida partidária que aqui desempenham seus respectivos mandatos, o Senador Jorge Bornhausen, Presidente do Partido da Frente Liberal, e o Senador Eduardo Azeredo, Presidente do Partido da Social Democracia Brasileira. (Palmas.)

Tão rica de ensinamentos e de proveitosas experiências foi a convivência com os Líderes partidários que têm assento nesta Casa. É outro de meus deveres de gratidão registrar-lhes os nomes, que pronuncio também com respeito: Aloízio Mercadante, expressão das melhores tradições de São Paulo, exemplo de seriedade e correção; José Agripino, modelo de refinamento pessoal, determinação partidária e competência política; Heloísa Helena, Tião Viana e Ideli Salvatti, promessas e gratas revelações deste Parlamento que aqui despertaram para a vida pública nacional; João Capiberibe e Aelton Freitas, incansáveis batalhadores; Efraim Morais, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Valadares e Sérgio Guerra, combativos e serenos; Jefferson Péres, referência de conduta ética para todos nós; meu grande amigo Arthur Virgílio, diplomata por profissão, esgrimista por vocação e político por paixão; Fernando Bezerra, diplomata por vocação e político por dedicação. (Palmas.)

Encerro com uma necessária e grata referência aos novos Líderes, nossos colegas Delcídio Amaral, Osmar Dias e Marcelo Crivella.

Em cada um deles agradeço e saúdo os integrantes de todas as Bancadas com assento nesta Casa, dos quais espero crítica, colaboração e proveitosas contribuições que receberei sempre com apreço, humildade, consideração e estima.

Permitam-me que, a este capítulo de sinceros agradecimentos, acrescente o registro de três caras evocações pessoais. A primeira é aquela em que sempre me inspiro, pensando em Alagoas. Bernardo Pereira de Vasconcelos, o mineiro ilustre do Primeiro Império e consagrado do Segundo Reinado, que ensinou aos brasileiros a arte da vida parlamentar, escreveu que "a Pátria é a terra em que nascemos".

Florianio Peixoto, nascido em Ipioca, Alagoas, aos poucos meses de vida foi entregue pelo pai ao tio, em Murici, de quem se tornou respectivamente filho e cidadão adotivo. Cedo saiu da cidade em que vivia para seguir a carreira militar no Rio de Janeiro e tornar-se, seguidamente, herói da Guerra do Paraguai, Ajudante-

Geral do Ministério da Guerra e, em seguida, Ministro, Vice-Presidente da República e, nessa qualidade, Presidente do Senado Federal. Quando retornou da guerra, não foi para as galas da vida pública que ele voltou, mas para Alagoas, que ele considerava sua pátria, para reabilitar as terras em decadência de sua família.

Hoje, no dia em que passo a ocupar a cadeira daquele que foi o primeiro Presidente do Senado Republicano, é para Alagoas que se volta meu pensamento. Passadas as batalhas, é lá que eu irei curar minhas feridas e retemperar as minhas forças. Como Floriano, estarei voltando à minha pátria, porque das glórias da vida desse bravo, esta é certamente a única coisa que consigo vislumbrar. Por isso, a evocação de Alagoas, de onde nunca me afastei.

A segunda das evocações é minha homenagem ao apóstolo da redemocratização. Por ela, sua paixão pagou o tributo da própria vida. Para mim, mais que um ídolo e um exemplo, ele foi um paradigma de bravura, responsabilidade e acendrado amor à sua terra e à sua gente. Refiro-me a Teotônio Vilela, que ilustrou a vida pública alagoana, que iluminou a vida pública brasileira e que redimiu com o seu sacrifício as virtudes dos homens públicos do nosso País. (Palmas.)

À memória de Teotônio, cujo legado está hoje nas mãos de seu filho e meu amigo de sempre, Teotônio Vilela Filho, dedico essa dolorida, dolorosa e nunca cicatrizada evocação. (Palmas.) Que seu exemplo me inspire, me ilumine e me guie, para que nunca deserte do caminho que, em vida, ele trilhou por todos nós.

A mais grata das evocações é um preito de amor, de reverência e de gratidão à minha família. À minha mulher Verônica, mais que companheira, a amiga que tanto tem me ajudado a adoçar as agruras dos árduos caminhos da política, e a meus filhos, Renan, Rodolfo e Rodrigo, que encham minha vida de alegria e de recompensas, dou aqui o público testemunho de que, sem eles, e sem sua compreensão, já teria esmorecido ante cada um dos obstáculos. (Palmas.)

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, peço compreensão a V. Ex^{as}, meus Colegas, com a liberdade que tomo e a ousadia que pratico ao tentar sintetizar o que entendo ser o papel do Parlamento. O grande pensador que é Giovanni Sartori, cujas notáveis contribuições à arte e à ciência da política o tornaram um dos mestres de nossa era, escreveu que o maior desafio do poder é resistir à tentação de “governar legislando”. E, o dos Parlamentos, superar o vezo de “legislar governando”. Os fundamentos de sua advertência são quase tão antigos quanto os próprios parlamentos. Exorto, portanto, o Senado a resistir à tentação de “legislar governando” e lembro ao Executivo a necessidade de não “governar legislando”. (Palmas)

Sempre que não renunciemos a essa tentação – e os governos não a evitaram – o Brasil padeceria os rigores do autoritarismo. É chegada a hora, Sr^{as} e Srs. Senadores, de encontrarmos remédio para esse mal, em nome da democracia. E isto, todos sabemos, está em nossas mãos. Mais: é nosso dever.

Nisto espero empenharmo-nos todos, acima dos partidos, das doutrinas e das ideologias que nos podem caracterizar, mas não devem separar-nos, quando se trata do interesse coletivo de toda a Nação. É neste contexto que temos que continuar a apreciar não apenas o rito, mas a própria substância das medidas provisórias.

Ao aludir à separação dos Poderes, não posso deixar de lembrar, com respeito e admiração, a atuação reconhecidamente democrática dos Presidentes da República que também ilustraram o Senado: Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. E de referir-me com os mesmos sentimentos àquele com o qual hoje convivo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, símbolo dos novos tempos que estamos vivendo, e que, vencendo todas as adversidades da vida, tornou-se, por seus próprios méritos e pela vontade do povo, o primeiro líder sindical a exercer a mais alta magistratura do País. Também o Vice-Presidente, o ex-Senador José Alencar, é outro homem público que tem minha admiração e respeito.

Permitam-me abrir um espaço breve para algumas considerações sobre a agenda que enxergo estar diante de nós.

Como sabemos, a obra formidável de engenharia política que é o bicameralismo teve a virtude de fazer com que o povo e as diferentes regiões dos países que o adotam estejam representados de forma simultânea e equilibrada nos parlamentos. O povo, nas Câmaras Baixas, as regiões, os estados e os municípios, nas Câmaras Altas. Esse equilíbrio se tornou indispensável para evitar os excessos do localismo e os arroubos do centralismo e dessa forma tornar mais justos e equilibrados os Poderes nos sistemas federativos. A atual Constituição incluiu, mesmo que de forma doutrinariamente heterodoxa, não só os estados e o Distrito Federal, mas também os municípios como entes federativos. E, agora, estaremos dando um passo firme na direção de um pacto federativo verdadeiramente mais equilibrado. O Senado, fórum qualificado dos temas da Federação, tem – e faço questão de destacar –, na figura do Senador Tasso Jereissati, um abnegado no combate aos desequilíbrios regionais. Fazer boas leis, necessárias, eficientes e compreensíveis, que proporcionem a melhoria das condições de vida de todos, deve ser aspiração generalizada do povo brasileiro. Mas que povo será capaz de compreender a utilidade e a necessidade de

quase duas dezenas de milhares de leis cujo significado nem os mais sábios de nossos juristas e os mais hábeis dos advogados são capazes de entender, dominar e compreender?

Enfrentar esse problema é a grande contribuição que o Legislativo pode dar para que o Judiciário venha a executar plenamente a sua missão, a sua prestação jurisdicional.

Como soa aos ouvidos de nossa gente, por exemplo, essa norma legal que é o labirinto a que chamamos de "Lei do Orçamento"? O nosso ordenamento jurídico exige não uma reforma, mas uma revolução.

A Lei do Orçamento há de evoluir. E evolução significa um orçamento mais impositivo, mais transparente e que garanta uma melhor qualidade do gasto público. Esse tema estará, não tenho dúvida, no topo da nossa agenda nos próximos anos.

Cabe ao Parlamento criar condições favoráveis ao desenvolvimento. Não basta fazer diagnósticos dos entraves. É preciso transpô-los, atacando suas causas.

Assumo a Presidência do Senado carregando um forte sentimento de minha geração. Tivemos de lutar para conquistar a democracia. O primeiro passo foi fazer um acerto de contas com o passado, restabelecendo o direito de votar, elaborando uma nova Constituição e garantindo plenamente a cidadania. Depois, foi preciso acertar as contas com o presente, conquistando um ambiente de estabilidade econômica, pressuposto básico para o desenvolvimento e para a inclusão social. Estamos agora, talvez, diante do maior de todos os desafios: precisamos construir o futuro! Isso somente será possível se garantirmos o crescimento continuado, homogêneo, de médio e longo prazos – como defende o Presidente do PT, ex-Deputado, eterno Deputado José Genoíno, que aqui nos honra com sua presença. (Palmas)

A tarefa mais importante do Parlamento hoje é uma só: vamos deixar o Brasil crescer. Chegou a hora de tirarmos as amarras que minam as energias da Nação. O Senado tem de ser um ator principal – e não um mero coadjuvante – na consolidação do ambiente adequado para o desenvolvimento, sem o qual as graves mazelas sociais, as graves desigualdades regionais jamais poderão ser superadas.

As palavras são o nosso principal instrumento de atuação, mas não o meio mais eficaz de ação dos Parlamentos, etimologicamente, "o local onde se fala". A diferença dos outros lugares onde diariamente todos falam e se comunicam é que talvez falemos demais e nossa atuação, ao simplesmente falar, nem sempre corresponda à ação que o País espera de nós. Para não contribuir mais para que o discurso, que é um bem, possa se transformar num mal, por sua extensão, encerro este já longo pronunciamento. Não sem antes dizer uma palavra de agradecimento ao qualificado e competente corpo funcional desta Casa, agradecendo-lhe a contribuição que nos dá ao longo dos anos, sem esmorecimento.

A todos os integrantes desta Casa, mais que lhes pedir, rogo para que, entre nós, falemos mais sobre estes assuntos e juntos pensemos, também, porque ainda vale a lição de Hegel de que "o pensamento precede a ação". Pensar solitariamente é indispensável à condição humana. Pensar coletivamente, para coletivamente exercermos nosso papel e cumprirmos nossa missão, é o nosso maior objetivo.

Sei que, sozinho, nada posso, mas com o auxílio, a cooperação, a crítica e a ponderação de todos, quem sabe, talvez possamos realizar muito mais do que aspiramos. Para isso, conto com todos, com os seus conselhos, em todas as horas dos dias em que me couber a honra de ser o seu intérprete. É o que mais espero, para amenizar o desafio das decisões que sejamos obrigados a tomar.

Quero, por fim, agradecer a Vossas Excelências, participantes ativos desta jornada a que, a partir de agora, me aventuro, graças à confiança e à generosidade do Senado Federal. Sinceramente, muito obrigado.

Que Deus nos ilumine a todos!"

A.2 – SEGUNDA REUNIÃO PREPARATÓRIA

A segunda reunião preparatória, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, realizada no dia 14 de fevereiro de 2005, iniciada às dezessete horas e vinte e nove minutos, destinou-se à eleição e posse dos Vice-Presidentes, Secretários e Suplentes de Secretários para o biênio 2005/2006.

A eleição deu-se em escrutínio secreto e por maioria de votos, de acordo com o disposto no art. 60 do Regimento Interno do Senado Federal; apresentada Chapa Única pelas Lideranças Partidárias, processou-se a eleição em bloco, pelo painel eletrônico de votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votaram "sim" 75 Senadores;

Votou "não" 1 Senador;

Abstenções: 1;

Total de votos: 77.

O Presidente Renan Calheiros declara eleitos e empossados, para compor a Mesa do Senado Federal, que exercerá o mandato para o biênio 2005/2006, os seguintes Senadores:

1º Vice-Presidente

Senador Tião Viana - PT - AC

2º Vice-Presidente

Senador Antero Paes de Barros - PSDB - MT

1º Secretário

Efraim Moraes - PFL - PB

2º Secretário

João Alberto Souza - PMDB - MA

3º Secretário

Paulo Octávio - PFL - DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos - PSDB - TO

Suplentes de Secretário

1º Suplente de Secretário: Serys Silhessarenko - Bloco PT - MT

2º Suplente de Secretário: Papaléo Paes - PMDB - AP

3º Suplente de Secretário: Alvaro Dias - PSDB - PR

4º Suplente de Secretário: Aelton Freitas - PL - MG

Foram lidos, ainda:

- Ofícios do PFL, PT, PTB, PL, PMDB e PDT, indicando as respectivas Lideranças Partidárias;
- Ofício da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, indicando o respectivo Líder;
- Ofícios do Senador Mozarildo Cavalcanti, comunicando mudança de filiação partidária;
- Ofício do Senador Geraldo Mesquita Júnior, comunicando sua desfiliação partidária;
- Ofício da Senadora Patrícia Saboya Gomes, comunicando que passou a compor o Bloco de Apoio ao Governo;
- Ofício da Senadora Roseana Sarney, comunicando impossibilidade de comparecimento às Reuniões Preparatórias.